

STJ00082993



Coleção de Direito Rideel



Direito Ambiental

Robinson Nicácio de Miranda

2ª edição
2010

 EDITORA
RIDEEL

STJ00082993

EXPEDIENTE

PRESIDENTE E EDITOR Italo Amadio
DIRETORA EDITORIAL Katia F. Amadio
EDITORIA ASSISTENTE Ana Paula Alexandre
ASSISTENTE EDITORIAL JURÍDICO Bianca Conforti
REVISÃO TÉCNICA Juliana de Oliveira Meneguim
DIAGRAMAÇÃO Textos & Livros Proposta Editorial
PRODUÇÃO GRÁFICA Hélio Ramos
IMPRESSÃO Leograf Gráfica e Editora Ltda.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Miranda, Robinson Nicácio de
Direito ambiental / Robinson Nicácio de Miranda. – 2. ed. – São Paulo :
Rideel, 2010. – (Coleção de direito Rideel)

Bibliografia.
ISBN 978-85-339-1447-6

1. Direito ambiental 2. Direito ambiental – Brasil 3. Direito ambiental –
Brasil – Concursos I. Título. II. Série.

09-13471

CDU-34:502.7(81)(079)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito ambiental : Provas e
concursos 34:502.7(81)(079)

34.504(81)
M672d
2. ed.

© Copyright - Todos os direitos reservados à



Av. Casa Verde, 455 – Casa Verde
CEP 02519-000 – São Paulo – SP
e-mail: sac@rideel.com.br
www.editorarideel.com.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA	
Proibida qualquer reprodução, seja mecânica ou eletrônica, total ou parcial, sem prévia permissão por escrito do editor.	
135798642	
N.º	DATA
575 881977	10/06/2010

PARTE I – INTRODUÇÃO AO DIREITO AMBIENTAL*Capítulo 1***O MEIO AMBIENTE COMO INTERESSE TRANSINDIVIDUAL**

1.1	Os interesses transindividuais e suas espécies: difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	17
1.2	O meio ambiente como um interesse transindividual	19

*Capítulo 2***INTRODUÇÃO AO DIREITO AMBIENTAL**

2.1	A dinâmica dos processos ecológicos e a sua importância para o direito	28
2.2	Sobre a questão ambiental.....	30
2.3	Meio ambiente e direito ambiental	31
2.3.1	Conceito de meio ambiente	31
2.3.2	Direito Ambiental	32
2.4	Princípios aplicáveis ao Direito Ambiental	34
2.4.1	Considerações preliminares	34
2.4.2	Princípios específicos do Direito Ambiental	35
2.4.2.1	Princípio do ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana	35
2.4.2.2	Princípio da natureza pública da proteção ambiental	36
2.4.2.3	Princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal	36
2.4.2.4	Princípio da cooperação entre os povos	37
2.4.2.5	Princípio da ubiquidade.....	38
2.4.2.6	Princípio da participação.....	38
2.4.2.7	Princípio do poluidor-pagador	46
2.4.2.8	Princípio da reparação.....	47
2.4.2.9	Princípio do usuário-pagador	48
2.4.2.10	Princípio da prevenção	48
2.4.2.11	Princípio da precaução	49

PARTE II – PATRIMÔNIO AMBIENTAL*Capítulo 3***PATRIMÔNIO AMBIENTAL E BEM AMBIENTAL**

3.1	Patrimônio ambiental e bem ambiental	51
3.2	Patrimônio ambiental natural.....	52
3.2.1	Ar	52
3.2.2	Água.....	53
3.2.3	Solo	54
3.2.4	Fauna e flora.....	55
3.3	Patrimônio ambiental cultural	56
3.3.1	Considerações gerais.....	56
3.3.2	A forma de promoção e a defesa dos bens culturais	59
3.3.3	Proteção internacional dos bens culturais	60
3.4	Patrimônio ambiental artificial	60
3.4.1	Caracterização do ambiente artificial	60
3.4.2	A política urbana na Constituição de 1988	61
3.4.3	O ambiente de trabalho como parte integrante do ambiente artificial: uma especial análise	63

PARTE III – DISCIPLINA JURÍDICA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL*Capítulo 4***DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL**

4.1	Um novo cenário: o direito ambiental internacional	65
4.2	Comissão <i>Brundtland</i> e o conceito de desenvolvimento sustentável	66

*Capítulo 5***TUTELA CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE**

5.1	O meio ambiente na Constituição de 1988.....	71
5.2	O meio ambiente como direito fundamental	72
5.3	Competências constitucionais em matéria ambiental	74
5.3.1	O mecanismo de repartição de competências no direito brasileiro	74
5.3.2	Competência legislativa em matéria ambiental.....	75
5.3.3	Competências não legislativas.....	76

*Capítulo 6***POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

6.1	A construção das políticas públicas ambientais.....	79
-----	---	----

6.1.1	O que são políticas públicas?	79
6.1.2	Há possibilidade de controle judicial das políticas públicas ambientais?	83
6.1.3	Algumas políticas ambientais	84
6.2	Política Nacional do Meio Ambiente	94
6.3	Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA	95

Capítulo 7

OS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

7.1	Padrões de qualidade ambiental	99
7.1.1	Padrões de qualidade do ar	99
7.1.2	Padrões de qualidade da água	100
7.1.3	Padrões de qualidade para ruídos.....	100
7.2	Zonamento ambiental	101
7.3	Espaços territoriais especialmente protegidos.....	102
7.4	Avaliação de Impactos Ambientais – AIA.....	110
7.4.1	Conceito	110
7.4.2	Disciplina constitucional	113
7.4.3	A Resolução CONAMA n° 1, de 23-1-1986.....	114
7.4.4	A elaboração do estudo de impacto.....	116
7.5	Licenciamento ambiental	119
7.6	Incentivos à produção e instalação de equipamentos e à criação e absorção de tecnologia.....	125
7.7	Sistema Nacional de Informação Ambiental	125
7.8	Instrumentos econômicos	125

PARTE IV – DANO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE

Capítulo 8

DANO AMBIENTAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL

8.1	Dano ambiental.....	129
8.2	Responsabilidade civil por dano ambiental	132
8.2.1	Noções gerais	132
8.2.2	Responsabilidade civil por danos ambientais e o princípio do poluidor-pagador	133
8.2.3	Responsabilidade objetiva do Estado	134
8.2.4	Ressarcimento do dano ambiental	136

*Capítulo 9***CRIMES AMBIENTAIS**

9.1	Crimes ambientais	138
9.2	A respeito da lei dos crimes ambientais	139
9.3	Crimes ambientais em espécie	141
9.3.1	Crimes contra a fauna	143
9.3.2	Crimes contra a flora	143
9.3.3	Poluição e outros crimes ambientais	145
9.3.4	Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	145
9.3.5	Crimes contra a administração ambiental	146

*Capítulo 10***INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS**

10.1	A administração pública ambiental e o desempenho das suas funções administrativas	148
10.2	Fiscalização ambiental	149

PARTE V – TUTELA EXTRAJUDICIAL DO MEIO AMBIENTE*Capítulo 11***INQUÉRITO CIVIL**

11.1	Apontamentos iniciais	153
11.2	A instauração do inquérito civil e seus efeitos	153

*Capítulo 12***COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

12.1	A celebração do compromisso de ajustamento de conduta	156
12.2	Natureza jurídica do compromisso de ajustamento de conduta	158

PARTE VI – PROCESSOS COLETIVOS*Capítulo 13***AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

13.1	Ação civil pública. Noções gerais	159
13.1.1	Cabimento e objeto	159
13.2	Questões processuais	160
13.2.1	Legitimidade	160

13.2.2	Fixação da competência.....	162
13.2.3	Desistência	163
13.2.4	Sentença e coisa julgada.....	163
13.2.5	Recursos	164

Capítulo 14

AÇÃO POPULAR AMBIENTAL

14.1	Cabimento da ação popular	165
14.2	Objeto e disciplina jurídica	165
14.3	Legitimidade ativa	166

Capítulo 15

OUTROS MEIOS PROCESSUAIS DE TUTELA DO MEIO AMBIENTE

15.1	Ação penal	168
15.2	Mandado de segurança coletivo	169
15.3	Mandado de injunção ambiental.....	170
15.4	Outras medidas judiciais de defesa do meio ambiente	171
	Bibliografia.....	173